



Ano Letivo: 2021-2022

CONSELHO GERAL

REUNIÃO N.º 3 / 21-22 (Ordinária)

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas e trinta minutos, por videoconferência (via MS Teams), deu-se início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Ratificação das propostas de atribuição de Mérito Cívico relativas ao ano de 2020-21.

Ponto dois - Aprovação do mapa de férias do Diretor.

Ponto três - Aprovação da proposta de alteração ao Plano de Contingência do Agrupamento.

Ponto quatro - Aprovação do Relatório de Contas de Gerência relativo ao ano de 2021.

Ponto cinco - Aprovação do Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades (2020-2021).

Ponto seis - Deliberação sobre o requerimento apresentado pelo Diretor.

Estiveram presentes todos os elementos do Conselho Geral, com exceção das representantes do pessoal docente, Cesaltina Pita e Paula Antunes; da representante dos pais e encarregados de educação, Anabela Respeita; do representante da Câmara Municipal de Almada, Fernando Campos, ou do seu substituto, e do membro cooptado Margarida Botelho.

Confirmada a existência de *quorum*, a presidente do Conselho Geral deu por aberta a reunião, dando as boas-vindas aos novos representantes do Município, na sequência da tomada de posse do novo executivo camarário. Deixou igualmente uma palavra de agradecimento aos anteriores representantes pelo contributo dado à prossecução dos objetivos deste Conselho Geral e do Agrupamento.

Ainda que se tratando da competência exclusiva do presidente do Conselho Geral, a presidente informou os restantes conselheiros da interposição de um recurso da Avaliação de Desempenho Docente, cujo processo já se encontra concluído.

Na sequência de terem dado entrada dois requerimentos posteriormente à convocação desta reunião, nomeadamente do Diretor e de um grupo de alunos dos Cursos Profissionais, a presidente

propôs a alteração da ordem de trabalhos, por forma a incluir a deliberação sobre o requerimento do Diretor na ordem do dia da presente reunião e, dada a complexidade técnica envolvida no requerimento dos alunos, a presidente propôs convocar a Comissão Permanente, para que possa analisar o abaixo-assinado dos alunos e elaborar um parecer a submeter à apreciação do plenário. A presidente propôs ainda que, dada a extensão dos assuntos a tratar na presente reunião, a Comissão Permanente possa também debruçar-se sobre o Plano Anual de Atividades, cuja apreciação estava prevista no ponto cinco da ordem de trabalhos, ficando a sua aprovação agendada para a próxima reunião plenária. As propostas apresentadas foram aprovadas por unanimidade dos presentes, passando a ordem de trabalhos a ser a que consta acima. A presidente enviará posteriormente convocatória da Comissão Permanente.

Ao encerrar este período, foi colocada à votação a ata, previamente enviada aos conselheiros por via eletrónica, da reunião de dezanove de janeiro de dois mil e vinte e dois, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida reunião.

Encerrado o período de antes da ordem do dia, passou-se ao cumprimento do ponto um da ordem de trabalhos. Assim e na sequência da não ratificação, na última reunião, da listagem apreciada pelo Conselho Pedagógico dos alunos propostos para integrarem o Quadro de Mérito Cívico, em virtude da sua incompletude, os conselheiros analisaram a nova listagem e as considerações do Conselho Pedagógico constantes da sua ata resumo de quinze de fevereiro de dois mil e vinte e dois.

Sobre este assunto, a presidente voltou a lembrar que a proposta do Conselho Geral de atribuição de mérito cívico aos alunos envolvidos no Orçamento Participativo das Escolas foi apresentada a vinte e um de julho de dois mil e vinte e um, estando, portanto, em tempo, considerando que o Conselho Pedagógico só veio a apreciar as propostas para os quadros de mérito em janeiro de dois mil e vinte e dois.

Em várias intervenções, os conselheiros divergiram das considerações do Conselho Pedagógico sobre a proposta apresentada pelo Conselho Geral no âmbito do Orçamento Participativo das Escolas.

A conselheira Ana Prates questionou o facto de que se o Regulamento dos Quadros de Mérito não se refere ao teor da fundamentação das propostas, porque razão apenas três alunos foram aceites, invocando-se problemas de fundamentação. A conselheira sublinhou ainda que todas as propostas foram fundamentadas e que, de acordo com o nº 2 do Artigo 2º do regulamento dos Quadros de Mérito, «qualquer elemento da comunidade educativa é competente para propor o(s) aluno(s) que satisfaça(m) a(s) condição(ões) referidas [...]», nada referindo quanto a uma apreciação holística do aluno por parte do Conselho de Turma.

O conselheiro José Morgado referiu que o aparecimento desta questão sugere desconfiança entre as estruturas que deviam trabalhar em conformidade e não em campos opostos. Na sua opinião o Conselho Geral deve ratificar todas as propostas.

As conselheiras Elsa Almeida, Margarida Carmo, Paula Ramalho e Anabela Raposo partilham da opinião de que devem ser ratificadas todas as propostas, pois as mesmas têm origem nos Conselhos de Turma e a conselheira Ana Prates sugeriu que dois alunos integrem o Quadro de Mérito Cultural / Desportivo.

Após todas as intervenções, os conselheiros consideraram que o número de propostas apresentadas ao Diretor, face ao universo de alunos do Agrupamento, e estando todas elas fundamentadas, não constitui uma eventual banalização da atribuição de mérito cívico.

Assim, o Conselho Geral deliberou, por unanimidade, ratificar todas as propostas apresentadas ao Diretor, com exceção de duas, que deverão integrar o Quadro de Mérito Cultural / Desportivo e que, certamente por lapso, constam da listagem de Mérito Cívico.

No que respeita ao ponto dois da ordem de trabalhos, o mapa de férias do Diretor, após apreciação, foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, de seguida, ao cumprimento do ponto três da ordem de trabalhos. Neste ponto, foi analisada a proposta de alteração do Plano de Contingência do Agrupamento e o Diretor, tomando da palavra, referiu que as aulas e os horários não sofrerão alterações até ao final do ano letivo porque os alunos, os professores e as famílias já se adaptaram aos existentes e sublinhou que a depois da interrupção letiva da Páscoa (dezoito de abril) o mesmo entrará em vigência.

A conselheira Ana Paula Ferreira questionou o Diretor acerca da higienização dos espaços e das mãos à entrada na escola, de quais os procedimentos a ter no caso de uma criança apresentar estado febril e qual o formato em que as reuniões devem decorrer (online / presencial).

Tomando da palavra, o diretor esclareceu que a higienização dos espaços deverá decorrer do mesmo modo que até então, que a higienização das mãos deve ser feita regularmente na escola, que no caso de uma criança testar positivo para a COVID19, devem os encarregados de educação do grupo/turma ser informados desse facto e que a convocatória das reuniões é que define o formato em que a mesma irá decorrer.

Após análise e apreciação, foram aprovadas, por unanimidade, as propostas de alteração do Plano de Contingência do Agrupamento.

Relativamente ao ponto quatro da ordem de trabalhos, foi analisado e debatido o Relatório de Contas de Gerência relativo ao ano transato. No âmbito deste ponto, foram prestados, por parte do Diretor, os esclarecimentos possíveis sobre o processo em curso de transferência de competências para o município, salientando-se a informação de que, por agora, o Agrupamento manterá como receitas próprias as relativas aos buffets, ao aluguer do pavilhão e as decorrentes dos projetos. O Diretor referiu ainda que a partir do dia um de abril, os assistentes operacionais e os técnicos passarão a integrar o município.

O conselheiro José Morgado questionou se a medida acima referida contribui para a autonomia das escolas e qual a sua verdadeira intenção.

Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

No que se refere ao ponto cinco da ordem de trabalhos, foi analisado e debatido o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades relativo ao ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um.

A conselheira Elsa Almeida questionou o Conselho Geral acerca dos problemas de comportamento que se registam nalgumas turmas do Agrupamento e que perturbam as aprendizagens e sucessos dos alunos.

Tomando da palavra o conselheiro José Morgado concordou com esta questão e sublinhou a importância do Conselho Geral refletir sobre este assunto de forma a encontrar soluções.

Perante os factos apresentados, a presidente concordou com a importância da reflexão acerca deste tema, comprometendo-se a integrá-lo na ordem de trabalhos de uma reunião futura.

Colocado à votação, o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades relativo ao ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, foi aprovado por unanimidade.

Por último e no que concerne ao ponto seis da ordem de trabalhos, os conselheiros analisaram o requerimento do Diretor sobre a matéria relativa à sua avaliação de desempenho. Confrontados os diferentes normativos legais, o Conselho Geral deliberou, por unanimidade, dar deferimento ao peticionado. A fundamentação do deferimento encontra-se em anexo à presente ata.

Pelas vinte e uma horas, e nada mais havendo a tratar, a presidente deu por terminada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

A Presidente

A Secretária

(Teresa Antunes)

(Helena Freitas)